

O INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL DE SÃO LEOPOLDO/RS.

SIMONE R. NEUTZLING¹; ESTER J. B. GUTIERREZ²

¹*Universidade Federal de Pelotas. Programa de Pós-Graduação em Memória Social e
Patrimônio Cultural – simoneneutzling@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas. Departamento de Arquitetura e Urbanismo –
esterjbgutierrez@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema o inventário do patrimônio arquitetônico urbano. Seu objetivo é apresentar os resultados do inventário do patrimônio histórico, artístico e cultural realizado na cidade de São Leopoldo, localizada na região metropolitana de Porto Alegre/RS. Os estudos foram iniciados no ano de 2014 e finalizados em 2016. Sob nossa coordenação, trabalharam sete profissionais das áreas de arquitetura e urbanismo e história, e quatro estagiários de arquitetura e urbanismo. O perímetro estudado registrou 207 quarteirões e 3.657 edificações, das quais aproximadamente 500 foram elencadas como de interesse cultural.

Esse inventário é um dos estudos de caso da pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas que investiga os inventários do patrimônio arquitetônico urbano.

No campo do patrimônio cultural o inventário é entendido como o registro de um conjunto de informações técnicas. Constitue um conhecimento que necessariamente parte do estabelecimento de critérios, pontos de vista e recortes sobre determinados universos sociais e territoriais (MOTTA, 2016). Resulta em um mapeamento de conhecimentos básicos com subsídios para as políticas de preservação do patrimônio.

Na realização do inventário em São Leopoldo foi utilizada a metodologia do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão do Patrimônio (SICG) desenvolvida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Esta metodologia tem como instrumentos principais a aplicação de fichas e a elaboração de cartografias para a realização dos inventários. Para confecção do presente texto o método de abordagem utilizado foi o de estudo de caso a partir dos dados obtidos com o inventário.

As formas de elaboração dos inventários acompanharam a evolução do conceito de patrimônio na sociedade: de uma listagem de edificações isoladas a um sistema integrado de informações sobre uma determinada região. Pela riqueza e diversidade de informações coletas, de forma sistemática, pode ser usado como ferramenta de conservação através da gestão urbana.

2. METODOLOGIA

O SICG foi um instrumento desenvolvido para integrar os dados sobre o patrimônio cultural, com foco nos bens de natureza material do país. Reúne em uma única base informações sobre cidades históricas, bens móveis e integrados, edificações, paisagens, arqueologia, patrimônio ferroviário e outras ocorrências do patrimônio cultural brasileiro. Por um lado, através desta ferramenta, busca propor modelo e metodologia únicas de documentação, inventário e cadastro de bens

culturais. Por outro, através de georreferenciamento e classificação procura criar uma cartografia do patrimônio (IPHAN, 2014).

Para o desenvolvimento da pesquisa, seguindo a metodologia SICG, o trabalho foi dividido em três módulos: Conhecimento, Análise e Gestão, e Cadastro. A primeira parte do método refere-se à história; a segunda e terceira partes, à arquitetura urbana resultante deste processo histórico.

No Módulo 1, chamado Conhecimento, foram elaboradas três fichas. A primeira, contendo informações sobre a contextualização dos bens em relação aos territórios nos quais estão inseridos e à história do Rio Grande do Sul. A pesquisa histórica foi realizada para conhecimento do processo de desenvolvimento da região do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, dentro do recorte temático da colonização alemã. A segunda ficha registrou informações específicas sobre o contexto imediato, que permitiram a caracterização geral do sítio. A pesquisa sobre a história da cidade foi desenvolvida através do estudo de seus primeiros registros, da autonomia municipal, das obras, da população, das melhorias na infraestrutura e serviços urbanos, do desenvolvimento e estagnação. Para a elaboração da caracterização do conjunto histórico e paisagístico a investigação levou em conta dados sobre: localização, população e economia; características ambientais; atrativos turísticos; sítio físico; conjunto urbano; leitura da malha urbana e do espaço urbano. A terceira ficha apresentou a análise da legislação incidente sobre a região e os bens já protegidos.

No Módulo 2, intitulado Análise e Gestão, com vistas à normatização e construção de planos de gestão e preservação para estas áreas, foram elaboradas duas fichas contendo informações necessárias à construção de um entendimento setorizado dos diferentes componentes dos sítios e conjuntos urbanos. Para o estabelecimento de zonas de ambiências distintas, foram analisados os dados obtidos no levantamento de campo realizado e no estudo da evolução histórica.

No Módulo 3, nomeado Cadastro, foram elaborados três conjuntos de fichas que contêm a síntese dos dados principais de todas as edificações relevantes dos conjuntos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Concluído em 2016, o levantamento de campo abrangeu um perímetro de 207 quarteirões e registrou informações sobre 3.657 edificações. Foram apontadas informações sobre todas as edificações dentro da área de trabalho, independentemente de o imóvel ser ou não representativo para o patrimônio cultural da cidade.

Baseados nas informações de levantamento foram elaborados banco de dados e mapas temáticos sobre evolução urbana, usos, gabaritos, implantação, linguagens e tipologias arquitetônicas, estados de caracterização e de conservação, e comparação de ambiências antigas *versus* atuais.

A análise, dos dados obtidos no levantamento de campo realizado, do estudo da evolução histórica, dos condicionantes e, da situação atual da região resultou na criação de Zonas de Ambiência para a proteção do patrimônio. As Zonas de Ambiência foram propostas devido à heterogeneidade do tecido urbano da cidade de São Leopoldo que inviabilizou a proposição de uma setorização mais rígida – tombamento (Figura 01).

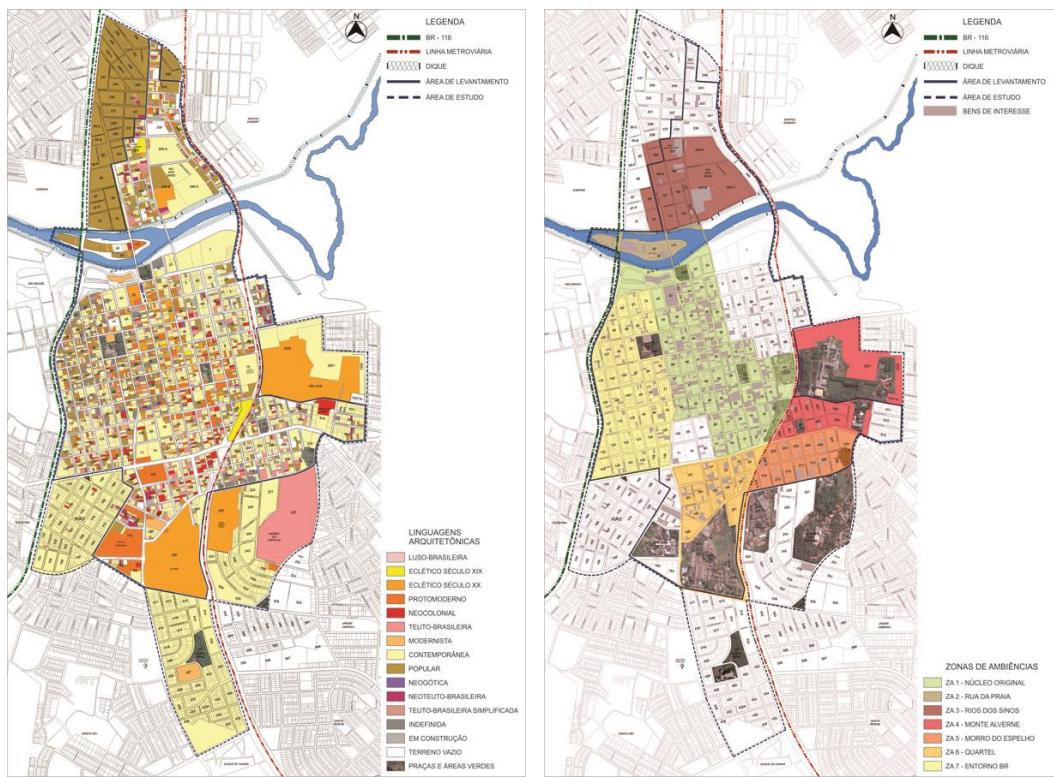


Figura 1: Mapas das Linguagens Arquitetônicas e das Zonas de Ambiências.
São Leopoldo/RS.

Fonte: Elaborado pela equipe de trabalho (2016).

Das sete Zonas de Ambiência propostas, três foram consideradas de Proteção Rigorosa e quatro de Proteção Complementar. Os limites das zonas foram definidos pelas características comuns verificadas em termos paisagísticos e pela relação com os limites dos bairros e com o traçado de vias estruturadoras circunvizinhas. Dentro dessas zonas, 512 edificações foram consideradas de interesse cultural. Nas Zonas de Ambiência de Preservação Rigorosa se concentraram a maioria dos bens relevantes. As Zonas de Ambiência de Proteção Complementar, logicamente, apresentaram um menor número de edificações representativas do patrimônio cultural dentro do seu perímetro.

A partir do estudo realizado na área central de São Leopoldo, se observou que o espaço foi constituído como um conjunto urbano onde o tecido heterogêneo e relativamente íntegro permitiu ainda uma leitura do seu processo evolutivo. Os conjuntos edificados, em sua maioria, no alinhamento predial, com um pavimento, ainda transmitem uma certa percepção de continuidade aos espaços, sendo que a horizontalidade da silhueta vem sendo ameaçada por ilhas de uma arquitetura bastante verticalizada, que sobressaem na paisagem. A heterogeneidade da região, no entanto, não inviabilizou a persistência de construções representativas de diversas linguagens, de grande importância na compreensão do conjunto. Tais peculiaridades justificam o estabelecimento de normativas de preservação, visando a manutenção de uma leitura integrada do patrimônio histórico, artístico e cultural, relevante ao entendimento da evolução local e regional. As Zonas de Preservação Rigorosa correspondem ao núcleo original e mais antigo da cidade. As Zonas de proteção Complementar correspondem a um segundo momento da evolução urbana e foram estabelecidas como uma área de transição entre as Zonas de Proteção Rigorosa e o restante da cidade. As zonas de ambientes possuem características próprias e demandam ações diferenciadas para a sua preservação e requalificação. Diferenciam-se principalmente pelos elementos urbanos e naturais nelas contidos e pelas diferentes formas de apropriação do

espaço. Para cada uma das sete zonas foram estabelecidas indicações normativas específicas quanto ao ordenamento territorial; a relação quadra, lote e edificação; as edificações de interesse histórico-cultural, as novas edificações e as edificações existentes; sistema viário e regime de uso do solo.

Ainda, com base na análise dos dados levantados, foram estabelecidos três graus e três formas de proteção para a preservação do conjunto histórico, paisagístico e cultural de São Leopoldo. As edificações de interesse foram classificadas em grau rigoroso, intermediário e volumétrico e possuem diretrizes diferentes em função de sua localização: dentro das zonas de ambiências, faces de quadra e confrontantes laterais. Para cada uma das 512 edificações consideradas de interesse cultural foi realizada uma ficha individual com dados e características do imóvel, além da explicitação caso a caso dos valores culturais atribuídos ao bem que o incluíram no inventário. Para os imóveis classificados como de maior relevância, foi elaborada uma segunda ficha com informações mais detalhadas sobre a história, evolução da edificação e suas características arquitetônicas.

A cidade de São Leopoldo, dentro de seu contexto metropolitano e diante da heterogeneidade da região, preservou construções representativas de diversas linguagens arquitetônicas de grande importância para a compreensão de seu conjunto urbano. Estas edificações contribuem para a configuração do conjunto histórico, paisagístico e cultural representativo da evolução da cidade.

O inventário do patrimônio arquitetônico demonstrou ser imprescindível na identificação e reconhecimento do patrimônio cultural da cidade. A aplicação das diretrizes e normativas nele propostas visa evitar a desconfiguração da paisagem cultural ainda existente e promover a apropriação por parte da população, não apenas do espaço, mas também do valor cultural do ambiente urbano.

4. CONCLUSÕES

Os inventários de identificação realizados através da metodologia SICG/IPHAN reúnem informações sobre todos os imóveis existentes na área de levantamento, não apenas aqueles elencados como de interesse cultural. Fazem a síntese das informações históricas e da legislação existente incidente sobre a área. Através da sobreposição de níveis de informação histórica, geográfica, urbana e cultural, realiza mapas temáticos que servem de subsídio para a delimitação de zonas de ambiências, para a elaboração de listagem de edificações de interesse cultural e para a especificação de indicações normativas.

Em função da amplitude do inventário que reúne um conjunto detalhado de informações sobre determinada área da cidade, este instrumento pode ser considerado importante ferramenta de conservação integrada e pode ser utilizado no planejamento e na gestão urbana dos municípios como forma de garantia da preservação do patrimônio cultural.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MOTTA, L.; SILVA, M. B. R. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

SICG. **Manual de treinamento**. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em:<http://www.iepro.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2015/01/anexo_II_sistema_integrado_de_conhecimento_e_gestao_sicg.pdf>. Acesso em: 02 out 2017.